

INDIVÍDUO E CULTURAS FRAGMENTADAS: A IMPORTÂNCIA DA MEMÓRIA NA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Natacha Kajimoto

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação – Unesp/Marília

Vinícius Aleixo Gerbasi

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação – Unesp/Marília

Lídia Eugênia Cavalcante

Docente do Programa de Pós-Graduação em
Ciência da Informação – Unesp/Marília

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo construir um modelo teórico e conceitual sobre a identidade, a cultura e a memória, servindo de sólida base analítica ao objeto de estudo aqui proposto: a imigração japonesa em Marília. Aqui, concebe-se a cultura japonesa e sua influência como portadora de memória e de identidades. Como técnica de reconstrução histórica utiliza-se a História Oral, que é realizada por meio de entrevistas com pessoas que fizeram parte da imigração. Defende, desse modo, a imigração japonesa, ela mesma, como portadora de cultura, de memória e de identidades.

Palavras-Chave: Informação, memória e identidade. Cultura e identidade. Cultura e mediação.

**INDIVIDUAL AND FRAGMENTED CULTURES: THE IMPORTANCE OF MEMORY
IN THE CONSTRUCTION OF IDENTITIES**

I Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM): Caderno de resumos. Londrina: Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014.

ABSTRACT

This research aims to build a theoretical and conceptual about identity, culture and memory, serving as analytical basis for proposed here studied: the Japanese immigration in Marilia. Here we understand Japanese culture and its influence as a carrier of memory and identity. As historic reconstruction, we use the oral history, which from people of immigration an interview was conducted. Advocates thereby Japanese immigration, itself, as a carrier of culture, memory and identity.

Keywords: Information, memory and identity. Culture and identity. Culture and mediation.

1 INTRODUÇÃO

Este texto é resultado da compilação dos estudos teóricos, bibliográficos e discussões realizadas no decorrer da pesquisa de mestrado (em andamento), no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP (Marília), sobre a imigração japonesa. Nele, tomam-se como referência estudos basilares sobre o conceito de memória, cultura e identidade, de autores como Le Goff (1999), Bergan (2001), Balman e Hall (2002), entre outros.

Portanto, apresenta a pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico fundamental à construção do conhecimento em uma determinada área. Dessa forma, expõe-se aqui o desenho teórico/conceitual que se configura etapa primordial na elucidação de um objeto científico e de um estudo empírico e que levaram os autores a uma compreensão mais aprofundada das relações entre memória, identidade e cultura no contexto das práticas informacionais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A investigação acerca dos processos de construção das identidades na sociedade contemporânea tem sido alvo de insistentes estudos pelos teóricos da cultura. Entretanto, alguns deles insistem que a identidade parte de um sistema

I Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM): Caderno de resumos. Londrina: Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014.

heterogêneo, onde se conformam muitas perspectivas, entre elas - filosóficas, políticas e religiosas - daí a existência de um paradigma cultural de não rigidez. (BAUMAN, 2001; HALL, 2002).

Desse modo, a reprodução e a representação simbólica em torno das quais a identidade se caracteriza deve ser compreendida num mundo global, complexo e de contínuos intercâmbios culturais e de significados. Em suma: um mosaico de valores, tradições e sistemas simbólicos pintam o pano de fundo sob o qual se formam as identidades. Nesse sentido, pode-se mesmo afirmar que as identidades possuem o caráter da frase proferida por Marx, e que nomeia do livro de Marshall Bergman: "Tudo o que é sólido se desmancha no ar". Segundo Bauman (2001, p. 97), "[...] as identidades, que não tornam o fluxo mais lento e muito menos o detêm, são mais parecidas com crostas que vez por outra endurecem sobre a lava vulcânica e que se fundem e dissolvem novamente antes de ter tempo de esfriar e fixar-se".

Sob tais perspectivas, o indivíduo, no contemporâneo, é caracterizado por transformações estruturais; institucionais, culturais e políticas, e pela mínima interferência de instituições sociais, como a família e o Estado, levando-o à individualidade. Assim, a identidade é consequência destas mudanças realizadas no seio da 'modernidade líquida'.

Essencial para entender o processo pelo qual se caracteriza a formação da identidade é o papel da globalização como fator ativo na elaboração dessas identidades. Por outro lado, esse fenômeno amplia o horizonte de imposição cultural que irá operar em sua elaboração (GIDDENS, 1991). Ou seja, ao mesmo tempo que se amplia a socialização e o intercâmbio de sistemas culturais, se dizimam outros; por exemplo, a ocidentalização, que leva à racionalidade do mundo, aos valores iluministas, ou também práticas e saberes locais, sistemas linguísticos etc. Tal processo, inextricavelmente atrelado ao desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação, possui caráter político-econômico, o qual age no

território, configura-o e transforma-o em vista de interesses subjacentes. Como aponta Paulino (2011) o termo identidade constrói-se a partir do princípio Identidade-Reconhecimento e é pautado pelo seu caráter relacional entre os indivíduos que reconhece papéis dentro de sistemas de representação social e que os diferencia.

Silveira (2010, p.68) explica que: “A partir da década de 1960, conceitos como memória, *discurso identitário* e *identidade social* (seja esta individual ou coletiva) se tornaram aportes indispensáveis para explicar as relações humanas na contemporaneidade”. Desse modo, percebe-se que a identidade se cria, não apenas de um “eu” verdadeiro e único, mas sim de diálogos sobre os conceitos, definições e práticas que acabam sendo representadas por nós mesmos, pela nossa cultura e pelo nosso desejo de responder aos significados e de assumir a posição constituída por nós e para nós no mundo em que vivemos.

Nesses termos, o social refere-se a um sistema estrutural onde códigos de reconhecimento caminham no sentido de um referencial de significados em comum. O social é, portanto, de ordem estruturante. Pode se afirmar, portanto, que há uma dialética entre indivíduo e cultura, uma vez que o indivíduo a materializa e é por ela materializado. Dessa dicotomia entre subjetividade (sujeito) e objetividade (instituições, cultura) é que formas de vida clamam por formas de reconhecimento: identidades, valores, experiências e subjetividades.

Para tanto, é necessário compreender que a identidade é constituída por aquilo que tem significados para os indivíduos, ou seja, que é originada deles, e construída pelo processo de individualização. Algumas identidades, porém, podem ser formadas através de uma instituição dominante, que são aquelas instituições que só vão assumir qualquer condição quando e se os atores sociais internalizarem a sua vivência, podendo resultar na construção do seu significado, com base nessa internalização, e que os papéis sociais, ou sejam, os papéis que cada indivíduo assume na sociedade influenciam o comportamento das pessoas, dependendo do que elas vão vivenciar em um determinado momento.

Para Castells (1999, p.22),

No que diz respeito a atores sociais, entendo por identidade o processo de construção de identidade com base em atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados, o(s) qual(is) prevalece(m) sobre outras fontes de significado. Para um determinado indivíduo ou ainda um ator coletivo, pode haver identidades múltiplas. No entanto, essa pluralidade é fonte de tensão e contradição tanto na auto-representação quanto na ação social.

Em um grupo, por exemplo, cada indivíduo é eleito para representar um papel social que deverá desempenhar.

Contudo, identidades são fontes mais importantes de significado do que papéis, por causa do processo de autoconstrução e individuação que envolvem. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que identidades organizam significados, enquanto papéis organizam funções. (CASTELLS, 1999, p.23).

Diante de tais afirmações, pode-se dizer que identidade é uma fonte de significado e experiência que um indivíduo/grupo/sociedade tem. Portanto,

Não temos conhecimento de um povo que não tenha nomes, idiomas ou culturas em que alguma forma de distinção entre o eu e o outro, nós e eles, não seja estabelecida... O autoconhecimento – invariavelmente uma construção, não importa o quanto possa parecer uma descoberta – nunca está totalmente dissociado da necessidade de ser conhecido, de modos específicos, pelos outros. (CALHOUN, 1994, apud CASTELLS, 1999, p.22).

Pode-se então dizer que, os indivíduos se identificam com os seus pares através da cultura e da identidade. A cultura define a identidade de um povo e a identidade é a identificação desse povo em relação aos demais e também a identificação deles com a própria cultura. Os pontos de identificação dentro de cada cultura diferenciam os que pertencem a esta ou aquela.

Hall (2006, p. 76) afirma que as identidades são formadas culturalmente. Porquanto,

Podemos, pois, determinar que a memória é um acúmulo de lembranças? Uma função do passado? Um conhecimento do passado? A organização temporal de um passado individual ou a organização de um passado comum a um número mais ou menos vasto de homens? Uma função ligada à inteligência e ao conhecimento, uma repetição, uma imitação? Certamente que não.

Migratória em sua essência, a memória não pode ser considerada como uma evocação literal do passado, mas antes, uma reaproximação, ou melhor, uma recriação do vivido.

Sendo assim, pode-se dizer que identidade e cultura formam um sistema de retroalimentação, onde o sujeito individual ou coletivo está no meio e é a base para a construção ao mesmo tempo em que o sujeito necessita destes para manter seu caráter social e trabalha para a manutenção da sociedade na qual está inserido. Para tanto, utiliza-se das lembranças de um passado que os indivíduos carregam na memória e que são repassadas a eles, para a construção de uma identidade e com o intuito de manter viva a história desse grupo.

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, por meio de processos inconscientes e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento. Existe sempre algo “imaginário” ou fantasiado sobre sua unidade que é subjetivado pela cultura. Ela permanece sempre incompleta, está sempre “em processo”, sempre “sendo formada”. (HALL, 2006, p.38)

O reconhecimento das identidades em meio a era da comunicação global e de excessiva heterogeneidade se encontra como uma possibilidade para a construção de uma sociedade plural. Esse desafio é de caráter ambivalente pois, se por um lado abrem-se caminhos para esse reconhecimento, dado o avanço das tecnologias de informação para o acesso e disseminação de informações; por outro, há também em curso, com a privatização do conhecimento e da restrição de acesso e de socialização sobretudo na internet, a existência de uma dominação sob comunidades minoritária, assim como suas manifestações culturais e simbólicas. Isso demonstra senão relações de poderes, agora globalmente articuladas. Urge formas de refletir sobre o primeiro caminho.

Em contrapartida, numa era em que a humanidade vive conectada aos mais diferentes meios eletrônicos, é comum que os indivíduos registrem suas memórias e tenham acesso a coisas que foram vividas, o que faz com que prevaleça um reencontro com acontecimentos que aparentemente ficaram no passado, mas que

ajudam a recuperar o vivido pelos sujeitos.

2.1 Práticas Culturais e Informação

As práticas culturais em localidades e comunidades situadas em um espaço geográfico determinado apenas tardivamente puderam ser evidenciadas de forma mais ampla em diferentes estudos e abordagens, pois os pressupostos sociais e metodológicos permaneceram por longo tempo sob rigorosos princípios científicos tradicionais e, portanto, pouco relativistas. No Brasil, por exemplo, a constituição de um Estado que reconhecesse as minorias e seus saberes, apenas foi possível após o período da ditadura militar, em meio à um contexto de lutas realizadas por vários movimentos sociais (BARROS, 2011). Passou-se então ao viés de um projeto político mais democrático, pois se reconheceu, ainda de forma tímida, a existência, a importância e a dinâmica de contextos locais.

Foi assim que se delineou a partir da relação local x global a configuração de conhecimentos que alargaram a metodologia de investigação cultural e sociológica no âmbito das Ciências Sociais, Políticas e Humanas através das quais se elaboram análises sobre determinada realidade social, em contraposição aos modelos etnocêntricos e a partir do qual essa mesma realidade era explicada.

A substituição de concepções de mundo já existentes por enunciados científicos demonstra como uma prática dificílima e até impossível em alguns casos, como projetos nas áreas de saúde têm mostrado: “Esse episódio revela que a repetição de informações exógenas, não torna automática a substituição dos significados construídos pela experiência de vida e pela partilha cotidiana dos conhecimentos do senso comum.” (ROZEMBER, 2007, p. 112). O indivíduo inserido em uma comunidade local não absorve as teorias científicas, pois essas não fazem parte do modo como ele apreende o mundo em sua volta. Além disso, ele, muitas vezes, vê o conhecimento científico como negativo, considerando-o

afastado do seu sistema de vida religioso, cultural ou tradicional cristalizado por gerações.

Dessa cisão é que surgem formas de interpretação de minorias culturais e os conhecimentos que elas trazem. As subjetividades, as experiências e as emoções, que não são traduzíveis (não codificáveis) passam a ser esquecidas, ou mesmo rejeitadas. O trabalho científico, antes pautado sob o paradigma positivista e determinista, não fez outra coisa senão utilizar um escopo conceitual e ideológico e aplicá-lo às análises na compreensão de algo tão complexo e singular quanto é o outro. Em meio a esse salto metodológico, o sujeito passou também a participar na definição de algo em que ele próprio é o objeto, mas que interage, opina e não se deixa manipular. Conforme salienta Barros (2011, p. 112),

[...] a valorização do campo prático como espaço de produção de conhecimento permite uma nova compreensão epistemológica da realidade e abre espaço para que o campo do teórico se renove na medida em que o seu confronto com o prático lhe permite rever velhos conceitos e construir novo. O confronto entre teórico e prático leva a outros confrontos: entre mundo objetivo e subjetivo, entre agir e o pensar, entre a razão e a emoção.

A leitura desse autor é importante no que diz respeito a construção acerca do conhecimento científico local, a construção de análises que passam por uma simbiose entre os postulados conceituais e científicos e as experiências e tradições inscritas de determinada realidade cultural.

Diante dessa perspectiva metodológica, o indivíduo tem a oportunidade de apreender os fenômenos que criam o conhecimento e, o pesquisador, por sua vez, de negar a tradição cientificista e positiva que pretende ancorar-se em suas verdades absolutas. Uma cultura dinamizada pelas redes de conhecimento, assim como sua preservação, já se faz possível.

2.2 A comunidade como arcabouço de memória e reconhecimento

I Encontro de Pesquisa em Informação e Mediação (EPIM): Caderno de resumos. Londrina: Grupo de Pesquisa “Interfaces: Informação e Conhecimento”, Universidade Estadual de Londrina (UEL), 2014.

No século XIX a modernidade era vista como um processo histórico perfeito e sem lacunas, como se tal constituição fosse feita apenas de belezas. Porém, tal concepção esbarrara em uma realidade desesperadora - a precarização social do trabalho. Tal fenômeno, aparentemente antigo, ainda se apresenta como algo novo e atual na sociedade globalizada. Nas últimas décadas, especialmente na transição entre os séculos XX e XXI tem se falado muito na importância da informação e do conhecimento para o desenvolvimento social e crescimento econômico para a produção e geração de riquezas. Entretanto, isso não tem sido o suficiente para promover a igualdade entre povos e indivíduos; ao contrário, parece ter tornado o mundo ainda mais desigual e injusto.

Por outro lado, mesmo com o fenômeno excluente da globalização, tem-se assistido a criação de um sistema informacional que emana das localidades e de instituições, numa complexa organização em redes que fogem de leis deterministas e produtivas. Certamente esse desenvolvimento não é uma realidade endossada por políticas públicas, pois ao sistema político-econômico a criação de um feixe de informações localizadas e sedimentadas, constitui um risco para empreendimentos independentes e sustentáveis; economicamente, politicamente e socialmente. (CAPURRO,2014)

Pode-se fazer um paralelo entre esse conceito de informação (local) através de um complexo sistema de redes que se entrecruzam em um dado espaço: produção simbólica, produção de matérias-primas, economia participativa e trocas de experiências podem servir de alguns exemplos. Nessa direção Cavalcante, (2012, p. 124) destaca que é importante “valorizar aspectos como enraizamento, sentimento de pertença, permanência nos lugares e capacidades de originar as próprias riquezas. ” Porquanto, o presente tem evidenciado a possibilidade de produção de conhecimento e saberes locais, a partir do respeito mútuo do reconhecimento e solidariedade coexistindo num sistema autônomo, dinâmico e participativo.

Nesse sentido, a melhoria das condições de vida de uma

determinada população pode estar nas mãos de seus habitantes, quando esses reconhecem a importância da constituição de redes de informação colaborativas e do apoio mútuo, bem como o reconhecimento de que a informação é produto de primeira necessidade para o desenvolvimento local. (CAVALCANTE, 2012, p. 124)

Assim, os indivíduos que se encontram em uma comunidade e, logo, diante de uma rede de informações que fortaleçam, preservam e disseminam tal vínculo, sentem a necessidade de laços afetivos, assim como a criação de uma rede de informação localizada que preze as identidades e a cultura local no sentido de reconhecimento e da coesão social. Para tanto, a tradição de um povo, a promoção de uma cultura participativa e engajada que desperte o interesse de quem lá vive é indispensável. Então, cultura, economia local, identidades e saberes formam esse feixe de relações interconectas, que perpassam a existência individual e de seu grupo ao mesmo tempo em que lhe garantem soberania e dignidade ante a globalização.

Thomson (1997, p.57) afirma que:

Nossa identidade (ou “identidades”, termo mais apropriado para indicar a natureza multifacetada e contraditória da subjetividade) é a consciência do eu que, com o passar do tempo, construímos através da interação com outras pessoas e com nossa própria vivência. Costruímos nossa identidade através do processo de contar histórias para nós mesmos - como histórias secretas ou fantasias – ou para outras pessoas, no convívio social.

Mas, a memória também pode influenciar a identidade. Muitas vezes, o que pensamos e queremos tem relação com o que já foi dito ou vivido por um grupo de indivíduo em outra época.

A memória, pode-se afirmar, permite que o indivíduo tenha uma identidade. É ela um dos elementos fundantes da cultura de uma comunidade e são seus traços que dão voz e consistência às validações do passado.

Zilberman, (2006, p.117) afirma que,

Memória constitui, por definição, uma faculdade humana, encarregada de reter conhecimentos adquiridos previamente. Seu

objeto é um “antes” experimentado pelo indivíduo, que o armazena em algum lugar do cérebro, recorrendo a ele quando necessário. Esse objeto pode ter valor sentimental, intelectual ou profissional, de modo que a memória pode remeter a uma lembrança ou recordação; mas não se limita a isso, porque compete àquela faculdade o acúmulo de um determinado saber, a que se recorre quando necessário.

A memória vivida, seja ela individual, coletiva ou herdada é indissociável da organização da vida de um indivíduo. Na memória herdada, percebe-se que há uma ligação entre as lembranças e o sentimento de identidade, que tem sentido de imagem, uma imagem que o indivíduo adquire ao longo da sua vida e apresenta aos outros. Nesta construção de uma identidade o indivíduo é levado pelo sentimento de pertencimento a um determinado grupo. Le Goff (1992, p.425), relata que as ligações entre as diferentes formas de memória podem, aliás, apresentar caracteres não-metáforicos, mas reais.

Dessa forma, os fenômenos da memória são resultados de sistemas de organizações que só existem se são mantidos ou reconstituídos. A memória, se bem revelada, pode evidenciar o passado, usá-la no presente e no futuro contando fatos relevantes, fazendo com que possa ser elemento essencial para a construção da identidade de um povo, que vive sob influência da tradição a qual esta inserida. Para Le Goff (1992, p.438) a memória é o antídoto para o esquecimento, uma fonte de imortalidade.

Sabe-se que toda memória é seletiva e, por esse fato, deve-se fazer com que a memória coletiva e a memória individual se utilizem uma da outra, de modo que a memória de um indivíduo se beneficie com a dos outros. Para tanto, o indivíduo não pode deixar de concordar com suas próprias memórias e, para isso, elas precisam ter também pontos de contato com as memórias dos outros. Assim, as lembranças que os outros trazem podem ser uma base comum para a reconstituição de uma história representada da vivência do grupo.

A memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações

passadas, ou que ele representa como passadas. (LE GOFF, 1992, p.423).

A memória tem papel fundamental para a constituição do tecido social de uma comunidade e para que ela seja reconhecida em suas tradições, heranças, valores e configuração cultural na sociedade, daí a necessidade de serem recontadas, organizadas e celebradas.

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural. (POLLAK, 1989, p.11).

No entanto, nenhuma instituição ou grupo social, por mais estável que seja, tem sua permanência garantida. Já sua memória poderá sobreviver ao desaparecimento do grupo, assumindo uma forma de mito e deixando como referências as manifestações culturais.

Nora (1993) salienta que se faz necessário a existência de lugares de memória, de modo que ela não seja esquecida no mundo globalizado em que ocorre uma aceleração grandiosa da produção do conhecimento.

Aceleração da história. Para além da metáfora, é preciso ter a noção do que a expressão significa: uma oscilação cada vez mais rápida de um passado definitivamente morto, a percepção global de qualquer coisa como desaparecida – uma ruptura de equilíbrio. O arrancar do que ainda sobrou de vivido no calor da tradição, no mutismo do costume, na repetição do ancestral, sob o impulso de um sentimento histórico profundo. A ascenção à consciência de si mesmo sob o signo do terminado, o fim de alguma coisa desde sempre começada. Fala-se tanto de memória porque ela não existe mais. A curiosidade pelos lugares onde a memória se cristaliza e se refugia está ligada a esse momento particular da nossa história (NORA, 1993, p.7).

História e memória por mais que estejam ligadas, elas são distintas. A memória está sempre na vida das pessoas, é atual, evolui e está sujeita ao esquecimento, podendo ser usada e manipulada, são lembranças que temos necessidades de guardar, ela faz com que o indivíduo reencontre o pertencimento e

os segredos de sua identidade. Já a história é uma representação de algo que não existe mais, ou seja, “[...] O processo de memória no homem faz intervir não só a ordenação de vestígios, mas também a releitura desses vestígios [...]” (LE GOFF, 1992, p. 424). Quando não há documentos, nem registro da história recorre-se aos registros da memória dos indivíduos para que assim seja reconstituída a parte que foi perdida.

Quando não existia escrita toda a história de um povo era passada oralmente, dos mais velhos aos mais novos, de uma memória para outra, fazendo do passado uma reconfiguração do tempo presente. Segundo Zilberman (2006), a narrativa constitui, pois, o espaço em que a memória se manifesta, tomando toda recordação a forma de um relato retrospectivo.

[...] A memória é o reconhecimento do passado, através da recordação, a história é a representação desse mesmo passado, constituído através de vestígios e indícios (documentos e monumentos) que são compilados e investigados com o objetivo de alcançar a verossimilhança. (ANDREONI, 2011, p.173)

A memória que os indivíduos possuem é um elemento essencial. É ela que faz a ausência de identidade, o esquecimento absoluto de um passado vivido, a perda de fatos importantes que tiveram o poder de mudar uma vida ou a sociedade. A memória é a principal responsável para que futuras gerações não fiquem comprometidas com o desconhecimento de suas origens.

A memória “gira em torno da relação passado-presente, e envolve um processo contínuo de reconstrução e transformação das experiências relembradas”, em função das mudanças nos relatos públicos sobre o passado. Que memórias escolhemos para recordar e relatar (e, portanto, relembrar), e como damos sentido a elas são coisas que mudam com o passar do tempo. (THOMSON, 1997, p.57).

Quando acontecimentos do passado voltam em suas lembranças, cada indivíduo o relembra de acordo com a realidade a qual está inserido, mas ela é também a reconstrução da memória de um passado que é trabalhada para construir a identidade de um grupo. São essas lembranças que dão sentido a vida passada e

presente, elas são construídas de acordo com nossa cultura, dando aos indivíduos nela inserido o sentido do passado.

À memória é resguardo o lugar de lembrar, construir, desconstruir e compor. Trabalho de elaboração, reflexão, localização. Lembrar não é reviver, é antes de tudo, refazer caminhos e trajetórias. É organizar e ordenar o tempo, bem como situar o passado em uma cronologia que é única. Desta forma, os impactos da memória individual e coletiva para a historicidade humana devem ser vistos dentro de uma sucessiva interação entre o homem, tempo, espaço, cultura e sociedade, com todas as implicações que possibilitem novas escolhas e permitam o repensar e o fazer histórico, tendo em vista o presente e o futuro sem o rompimento com o passado. É o reconhecimento absoluto do movimento humano, da construção do pensamento e das ações do homem. (SHIKITA, 2005, pg.43)

Nesse sentido, Silveira (2010, p.73) destaca que: “[...] a memória está presente em tudo e em todos. Nós somos tudo aquilo que lembramos; nós somos a memória que temos”. Portanto, são as lembranças que auxiliam no estabelecimento de continuidades e apropriações de acontecimentos do passado como formas de construir valores muitas vezes esquecidos.

Portelli (1997, p. 56) também tematiza a importância da memória social, destacando que,

Compomos nossas reminiscências para dar sentido à nossa vida passada e presente. *Composição* é um termo adequadamente ambíguo para descrever o processo de “construção” de reminiscências. De certa forma, nós a compomos ou construímos utilizando as linguagens e os significados conhecidos de nossa cultura (PORTELLI, 1997, p.56).

Assim, a memória realmente se situa entre o passado e o presente, e se constitui em um processo de reconstrução e transformação de experiências que foram relembradas.

A identidade é formada na relação que os indivíduos têm com os outros que são importantes para ela, e que através de suas memórias fazem a mediação dos valores, sentidos e símbolos da cultura ao qual eles estão inseridos.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Estudar uma temática, independente do campo de conhecimento na qual ela esteja situada, pressupõe a necessidade de se conhecer a fundo os conceitos que alicerçam a compreensão do objeto estudado. A preocupação com o estudo teórico e o conhecimento conceitual das diferentes abordagens que irão circunscrever a pesquisa empírica representa um dos procedimentos metodológicos cruciais para o sucesso do estudo, especialmente em tempos atuais cujo excesso de informação pode representar uma grande dificuldade para o pesquisador.

Assim, a pesquisa bibliográfica aprofundada contribui sobremaneira com o rigor metodológico e com a escolha do método e/ou métodos que serão empregados no decorrer do estudo. Como o objeto empírico da pesquisa é a memória, a cultura e a identidade japonesas, a qual será realizada por meio da História Oral, de pesquisa etnográfica e o uso da entrevista como instrumento de coleta de dados, entende-se que o estudo teórico aqui apresentado vai além de uma revisão de literatura ou revisão bibliográfica, pois essa abordagem auxilia na identificação conceitual, na compreensão temporal dos fatos, na consciência histórica e indenitária dos sujeitos, que serão evidenciadas no estudo das fontes e documentos ao longo da pesquisa.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo ora apresentado pautou-se no diálogo crítico com autores que abordam teoricamente os conceitos de memória, identidade e cultura e suas relações com as práticas informacionais na contemporaneidade. Ao propor investigar como ocorrem as manifestações dos sujeitos em seus espaços cotidianos, especialmente em comunidades, enriquecidos pela memória, verifica-se que teorizar sobre as ações desses sujeitos em seu meio social e cultural pressupõe tanto uma aproximação quanto um distanciamento, que vinculam de forma muito complexa a

teoria à prática. Neste primeiro momento, dificilmente o pesquisador irá chegar à objetivação da pesquisa ao se deparar com um arcabouço teórico de tanta profundidade e que envolve conhecimento profundamente interdisciplinar no campo da História e da Ciência da Informação.

Portanto, a pesquisa bibliográfica e a construção de um referencial teórico rico e dialógico podem explicitar de maneira mais clara as interpolações que apreenderão o conhecimento do objeto estudado, aqui configurado pela memória, identidade e cultura japonesa.

Compreender a dimensão histórica e social do fenômeno da memória e das práticas informacionais que se estabelecem a partir dela, bem como sua inserção na realidade social, articulando passado e presente implica necessariamente em uma revisão crítica e reflexiva das mediações presentes entre o campo conceitual estudado e os critérios norteadores da pesquisa que serão evidenciados pelo pesquisador.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa encontra-se em fase de elaboração, mas já é possível perceber a sua importância e as contribuições que ela trará para os estudos sobre as práticas informacionais e de mediações associadas ao campo da memória e da cultura e o quanto elas podem contribuir para a compreensão da memória e da cultura relativas à integração social dos imigrantes japoneses com o meio em que vivem.

Além disso, entende-se que os fluxos de informação presentes na cultura de um determinado povo, a partir de sua memória podem promover a produção de conhecimentos de grande relevância para as gerações futuras e na produção de acervos documentais de grande riqueza que assinalem a valorização de patrimônios documentais muitas vezes esquecidos ou de difícil acesso.

REFERÊNCIAS

ANDREONI, R. **Museu, memória e poder.** Em Questão, Porto Alegre, v.17, n.2, jul./dez. 2011, p.167-179.

BARROS, J. C. **Informação, Saúde e Redes Sociais.** Belo Horizonte: Editora ufmg, 2011.

BAUMAN, Z. **Modernidade Líquida.** Zygmunt Bauman. Jorge Zahar Editor, 2001.

CAPURRO, R. **Die Rückkehr des lokalen.** Disponível em:
<http://www.capurro.de/bern.html>. Acesso em: 6 de mar de 2014.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Paz e Terra, 1999, 530p.

CAVALCANTE, Lidia Eugenia. Mediação da Informação, Desenvolvimento Local e Comunidades. In: CAVALCANTE, Eugenia Lidia, PINTO Bentes Virginia, VIDOTTI Silvana Aparecida Borsetti Gregório (Org). **Ciência da Informação e Contemporaneidade: Tessituras e Olhares.** Fortaleza: Edições UFC, 2012.

CUNHA, M. R. da. A memória na era da reconexão e do esquecimento. **Em Questão**, Porto Alegre, v.17, n.2, p.101-115, jul./dez. 2011.

GIDDENS, A. **As Consequências da Modernidade.** São Paulo: UNESP, 1991.

HALL, S. **A identidade Cultural na Pós-modernidade.** DPeA. São Paulo: 2002.

LE GOFF, J. **História e memória.** 2.ed. Campinas: UNICAMP Editora, 1992.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História**, São Paulo, n.10, dez. 1993.

PAULINO, D. A. **Os sentidos da existência humana:** Identidade e Reconhecimento. Cadernos da CEO, v. 24, nº 35, 2011.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos.** Rio de Janeiro, v.2, n.3, 1989, p.3 -15.

PORTELLI, A. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n.14, fev. 1997.

ROZEMBERG, Brani. O saber local e os dilemas relacionados à validação e aplicabilidade do conhecimento científico em áreas rurais. In: **Cad. Saúde Pública.** Rio de Janeiro. p 97- 105, 2007.

SHIKITA, A. M. **Informação, história e memória:** A constituição social da informação em relatos orais. Escola de Ciência da Informação: Belo Horizonte, 2005, 157p.

THOMSON, A. Recompondo a memória: questões sobre a relação entre história oral

I ENCONTRO DE PESQUISA EM INFORMAÇÃO E
MEDIAÇÃO (EPIM)
09 e 10 de maio de 2014

e a memórias. **Projeto História**, São Paulo, n.15, abr. 1997.

ZILBERMAN, R. Memória entre oralidade e escrita. **Letras de Hoje**, Porto Alegre, v.41, n.3, p.117-132, set. 2006.